



**FGV DIREITO SP**  
FGV LAW

# PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO

1º SEMESTRE DE 2024

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
LATO SENSU (FGV LAW)**

## Apresentação

A **Pós-Graduação em Direito Administrativo** combina uma sólida formação acadêmico-teórica a conhecimentos práticos – colocando o(a) aluno(a) em contato com novas ferramentas e perspectivas que explicam a capacidade de o Estado se relacionar com os particulares, bem como sua forma de se organizar e prestar serviços públicos diante da realidade brasileira atual, sendo igualmente útil para aqueles(as) que atuam a partir de instituições tanto públicas como privadas.

O curso tem por objetivo desenvolver a capacidade de enfrentar questões que envolvam os temas centrais do direito administrativo contemporâneo. O curso ainda oportuniza o aperfeiçoamento necessário à compreensão e utilização do repertório e instrumental oferecidos por outros saberes, tais como a economia.



### Público-alvo

Graduados(as) em Direito com experiência relevante na advocacia pública ou privada, bem como gestores(as) e servidores(as) públicos, interessados(as) em debater as tendências e desafios contemporâneos do Direito Administrativo.



### Metodologia

O FGV LAW enfatiza o uso de metodologias participativas de ensino, que colocam o(a) aluno(a) no centro do processo de aprendizagem. As disciplinas mesclarão aulas com exposição dialogada, discussão de casos, exercícios aplicados e simulação de situações concretas.



## Realização

**Carga horária:** 432 horas-aula

**Duração:** 3 semestres

**Data de início:** 20/03/2023

**Dias da semana:** Segundas e terças-feiras

**Horário:** Das 19h às 22h40

**Modalidade de oferta:** *Blended* (aulas presenciais e em ambiente virtual integralmente ao vivo, conforme estrutura do curso).

**Importante:** Se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (FGV LAW) poderá alterar o calendário original do curso.

Reposições de aula (estipuladas pela Instituição), monitorias acadêmicas ou quaisquer outros eventos relacionados ao curso poderão ser agendados às sextas-feiras, no horário noturno, preferencialmente de forma remota.

\*As aulas das disciplinas presenciais estão previstas para serem ministradas nas instalações da Fundação Getúlio Vargas, em uma das unidades da FGV na Bela Vista - São Paulo, SP. Esclarecemos, no entanto, que a depender da situação sanitária do país, há a possibilidade de o curso migrar temporariamente para o ambiente virtual, com aulas síncronas, conforme já tem ocorrido nos cursos em andamento de toda FGV.

---


## Estrutura do Curso

Alinhado às necessidades do mercado, o curso é estruturado por um conjunto de disciplinas que, ao mesmo tempo, reforça o repertório técnico e estimula o desenvolvimento de competências e habilidades que capacitam o(a) aluno(a) a identificar problemas e criar soluções estratégicas a partir de um enfoque interdisciplinar. O programa é composto por disciplinas obrigatórias específicas da área escolhida conjugadas com áreas afins, como finanças e economia, além de incorporar disciplinas optativas ligadas ao conjunto de competências necessárias para o atual mercado de trabalho jurídico.

O curso é ofertado na modalidade *blended*, com aulas integralmente ao vivo. Durante dois semestres as aulas são ministradas presencialmente (previstas nas instalações da Fundação Getúlio Vargas, em uma das unidades da FGV na Bela Vista), e no terceiro semestre os professores da FGV ministram suas aulas em ambiente virtual.

A FGV utiliza desde 2016, para as aulas em ambiente virtual, uma plataforma largamente utilizada em âmbito corporativo e acadêmico em diversos países, capaz de oferecer uma experiência de ensino dinâmica mesmo sem a proximidade física entre docente e turma. A plataforma traz ferramentas modernas de


colaboração como salas simultâneas para aplicação de dinâmicas, enquetes, compartilhamento de conteúdo em tela, entre outras funcionalidades que além de humanizarem a comunicação em um ambiente virtual, permitem aos(as) docentes o uso de metodologias participativas.



## Disciplinas Presenciais

Elementos de Economia e Finanças	Elementos de Direito Administrativo	Direito Administrativo Contratual	Disciplina de Competências (optativa)
Direito Público Econômico	Direito Econômico Regulatório	Licitações Públicas	Disciplina de Competências (optativa)

\* Sujeito a alterações



## Disciplinas Virtuais

(aulas ao vivo)

Pautas de Controle da Administração Pública	Tribunal de Contas e Administração Pública	Disciplina de Competências (optativa)
Projetos de Infraestrutura	Direito Administrativo Consensual	Disciplina de Competências (optativa)

\* Sujeito a alterações

## Disciplinas Obrigatórias

### Elementos de Economia e Finanças (32 horas-aula)

O objetivo desta disciplina é apresentar o instrumental básico em economia e finanças que possibilite a interpretação econômica e avaliação das consequências de normas que regulam e estruturam a Administração Pública, em especial os contratos administrativos.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Conceitos econômicos básicos: racionalidade, incentivos, eficiência e índices econômicos de correção monetária e de juros;
- Matemática financeira introdutória: juros simples, compostos, nominais e reais. Sistema de Amortização Constante (SAC) e Sistema *Price* de Amortização. Taxa interna de retorno (TIR) e valor presente líquido (VPL);
- Processo decisório em contexto de incerteza e risco: Posturas frente ao risco e formas de reduzir o risco. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo;
- Falhas de mercado e suas implicações para o mundo jurídico: Assimetrias de informação e seus desdobramentos – seleção adversa, racionamento de crédito, risco moral e relação agente-principal; externalidades e externalidades de rede; bens públicos;

- Teoria dos jogos aplicada ao mundo jurídico: Jogos e decisões estratégicas, o dilema do prisioneiro e conluio, equilíbrio em jogos repetidos e sequenciais, o papel da ameaça e da credibilidade, acordos de leniência;
- Teoria econômica dos contratos aplicada aos contratos administrativos;
- Economia da corrupção: efeitos econômicos da corrupção e do combate à corrupção.

### **Direito Público Econômico (32 horas-aula)**

Ao final da disciplina, os(as) discentes deverão estar capacitados(as) a analisar casos concretos envolvendo a interação entre Estado e particulares no domínio econômico, a partir de uma visão estruturada com base na repartição constitucional de competências, aplicação de princípios constitucionais, bem como da natureza da atividade explorada (atividade econômica em sentido estrito, serviço público, monopólio constitucional).

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Alocação constitucional de competências;
- Princípios constitucionais da ordem econômica;
- Bases constitucionais para a regulação e intervenção do Estado no domínio econômico;
- Regime jurídico das atividades econômicas (atividades econômicas em sentido estrito e serviços públicos);
- Papel do direito no desenvolvimento de políticas públicas;
- Responsabilidade do Estado por atos regulatórios;
- Regime constitucional das empresas estatais.

### **Elementos de Direito Administrativo (32 horas-aula)**

O escopo desta disciplina é revisitar criticamente temas clássicos e elementares do Direito Administrativo brasileiro, contrapondo as inovações doutrinárias, jurisprudenciais e do direito positivo com posicionamentos considerados tradicionais. Pretende-se, com isso, dar conforto aos(as) alunos(as) para abandonar explicações generalizantes; valorizar a construção de um pensamento "sob medida" para o enfrentamento de questões jurídicas; incentivar a reflexão inovadora sobre temas vistos como tradicionais; enxergar a atuação do especialista como profissional aberto à inovação e não como repositório de enunciados generalizantes.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Aplicação dos princípios do Direito Administrativo e insegurança jurídica;
- Pragmatismo no Direito Administrativo;
- O papel do regulamento no Direito brasileiro;
- Atos administrativos: reflexões emergentes;
- Abuso de controle e as políticas públicas nas empresas estatais;
- Temas controvertidos sobre responsabilidade civil do Estado;
- Exploração econômica de bens públicos;
- Atualidade e utilidade do Poder de Polícia.

### **Direito Econômico Regulatório (32 horas-aula)**

A disciplina tem por principal finalidade apresentar os grandes temas sobre a regulação no Brasil e, a partir de debates, conferir as ferramentas necessárias para lidar com as questões regulatórias mais desafiadoras de modo técnico, criativo e eficaz. O caráter dinâmico da regulação faz com que o(a) profissional da área tenha que enfrentar constantemente novos desafios. Espera-se que o(a) aluno(a) desenvolva as habilidades que os mercados regulados hoje demandam do(a) profissional na área da regulação, como trabalhar com

a pluralidade de fontes normativas, instruir o diálogo com as autoridades reguladoras, construir soluções criativas para problemas complexos, bem como antever crises e orientar estratégias regulatórias que prezem pela segurança jurídica.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Teorias da regulação e as competências regulatórias;
- Construção do Estado Regulador no Brasil. Regulação, desregulação e limites à intervenção do Estado no domínio econômico;
- Agências Reguladoras;
- Competências regulatórias e seus processos;
- Instrumentos regulatórios;
- Governança regulatória. Qualidade regulatória;
- O controle da regulação. Fiscalização e responsabilização administrativa;
- Sanções e acordos na regulação.

### **Licitações Públicas (32 horas-aula)**

O objetivo desta disciplina é conhecer a nova lei de licitações (Lei n. 14.133/2021), identificando suas principais características e inovações. Além das regras inerentes à licitação propriamente considerada, a disciplina abordará as normas pertinentes às rotinas administrativas das contratações públicas e ao controle externo. Ainda, serão analisadas decisões dos tribunais de contas proferidas sob a égide da Lei n. 8.666/93 em contraste com as alterações promovidas pela nova Lei n. 14.133/2021. Desse modo, a disciplina oferece um olhar amplo sobre os impactos provocados pela nova lei nas práticas e entendimentos consolidados na vigência da Lei n. 8.666/93. Espera-se que ao final da disciplina as alunas e os alunos tenham aprimorado sua compreensão sobre a nova lei de licitações e sobre o sistema brasileiro de contratações públicas, e que se sintam habilitados(as) a debater com propriedade sobre os impactos da nova lei na realidade e nas práticas da administração pública, do mercado e dos órgãos de controle.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- De onde viemos e para onde vamos em matéria de licitações?
- Vigência e eficácia da nova lei de licitações;
- Rotinas administrativas das contratações públicas;
- Fase preparatória;
- Modalidades de licitação: Concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo;
- Critérios de julgamento: Menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico e maior desconto;
- Procedimentos auxiliares: Credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesses, sistema de registro de preços e registro cadastral;
- Contratação direta: Dispensa e inexigibilidade.
- Controle externo e sanções em licitações.

### **Direito Administrativo Contratual (32 horas-aula)**

O objetivo dessa disciplina é revisar institutos basilares e debater temas transversais ao direito contratual aplicado às contratações públicas, capacitando os(as) discentes para enfrentar questões teóricas e práticas, considerando o debate contemporâneo e a experiência real das contratações administrativas.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Desafios do Direito Administrativo Contratual contemporâneo;
- Peculiaridade do regime contratual público;

- Contratos administrativos na Nova Lei de Licitações e Lei das Estatais;
- Alteração contratual: cabimento e limites;
- Equilíbrio econômico-financeiro;
- Prazo de duração;
- Formas de extinção;
- Contratações com o terceiro setor;
- Contratações públicas para inovação e contratos de impacto social.

### **Pautas de Controle da Administração Pública (32 horas-aula)**

Pretende-se desenvolver a capacidade de enfrentar questões complexas que envolvam temas centrais entorno do controle das decisões administrativas do ponto de vista de sua forma e de seu conteúdo.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- A interdependência entre Políticas Públicas e Direito Administrativo;
- Planejamento estatal e leis orçamentárias;
- Discricionariedade administrativa e teoria da deferência;
- Controle dos resultados da ação administrativa;
- Controle da qualidade da regulação: Análise de impacto regulatório – AIR;
- Teoria das Invalidades dos atos administrativos;
- Processualidade no Direito Administrativo;
- Novos instrumentos de controle da probidade administrativa.

### **Projetos de Infraestrutura (32 horas-aula)**

Ao final da disciplina, os(as) alunos(as) deverão ser capazes de compreender as etapas de estruturação de um projeto de infraestrutura, sob as suas mais diversas alternativas de modelagem jurídico-institucional, tais como concessão comum, concessão setorial, concessão patrocinada, concessão administrativa, concessão de uso, arrendamento, entre outras modalidades de contratos de parceria. Nessas alternativas, puras ou combinadas entre si, há incidentes relacionados aos estudos de viabilidade, “*value for money*”, providências legislativas, regulatórias, administrativas ou de controle prévio, formatação dos modos de disputa. Além daquela compreensão, os(as) discentes deverão também ser capazes de prever e equacionar esses incidentes com um repertório técnico-jurídico adequado, permitindo-lhes assessorar governos, investidores, financiadores ou fornecedores, em um contexto de estruturação de projetos de infraestrutura.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Procedimentos de estruturação de projetos – definição e regulação;
- Estudos técnicos para motivação qualificada da decisão administrativa – estudos de viabilidade, análises de impacto regulatório, estudos de vantagem;
- Alternativas de modelagem jurídico-institucional – os contratos de parceria. As alternativas do Poder Concedente. Questões de regulação prudencial na escolha do parceiro público;
- Programa de Parcerias de Investimento (PPI);
- Concessões comuns, concessões administrativas e concessões patrocinadas;
- Cláusulas essenciais em modos de disputa – a questão da concorrência, as assimetrias informacionais e as estratégias para sua mitigação;
- Formação de consórcios e os arranjos contratuais;
- Controle prévio dos contratos de parceria.

### **Tribunal de Contas e Administração Pública (32 horas-aula)**

Objetiva-se que, ao final da disciplina, os(as) discentes deverão compreender o regime jurídico dos Tribunais de Contas e sua atuação prática, à luz de sua jurisprudência atual, considerando os impactos das Cortes de Contas na gestão pública e como experiências internacionais bem-sucedidas podem contribuir para aprimorar o modelo brasileiro. Os alunos e alunas serão chamados(as) a debater criticamente o papel dos Tribunais de Contas, enquanto órgãos de controle repressivo e, ao mesmo tempo, de auditoria da gestão pública.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Estrutura e função dos Tribunais de Contas;
- Competências constitucionais e legais dos Tribunais de Contas;
- Jurisprudência dos Tribunais Superiores envolvendo as competências e a atuação dos Tribunais de Contas;
- Tribunais de Contas na experiência internacional;
- Controle do gasto público pelos Tribunais de Contas;
- Controle das licitações e das contratações públicas pelos Tribunais de Contas;
- Agências Reguladoras e o controle da regulação pelos Tribunais de Contas;
- Jurisprudência dos Tribunais de Contas: Licitações, contratos e projetos de infraestrutura pública.
- Tribunais de Contas como órgãos de auditoria da gestão pública.

### **Direito Administrativo Consensual (32 horas-aula)**

Esta disciplina tem por principal finalidade capacitar (a)o discente para atuar profissionalmente com as principais manifestações da consensualidade no Direito Administrativo, que predica uma releitura dos temas clássicos (legalidade, discricionariedade, processo administrativo etc.) e o desenvolvimento de novas habilidades e competências. Com o estudo de casos concretos e a leitura de acordos como material de leitura prévia, os(as) alunos(as) irão desenvolver as habilidades e competências esperadas no manejo da consensualidade administrativa.

Temas que poderão ser abordados na disciplina:

- Consensualidade administrativa e suas principais manifestações: estado da arte na doutrina especializada;
- Tratamento adequado de conflitos: Mediação administrativa e arbitragem envolvendo o Poder Público;
- Regime jurídico geral da consensualidade administrativa: Juridicidade dos acordos administrativos pela perspectiva normativa (Lei da Ação Civil Pública, LINDB, Lei das Agências Reguladoras e leis especiais) e jurisprudencial (acordos na visão do Poder Judiciário e do TCU);
- Acordos administrativos em espécie: Termo de ajustamento de conduta na Lei da Ação Civil Pública; termo de compromisso no âmbito da CVM; termo de compromisso de cessação no CADE; acordo de leniência na Lei Anticorrupção; e Acordo de Não Persecução Cível na Lei de Improbidade Administrativa;
- Tendências quanto ao emprego da consensualidade administrativa: acordos administrativos em massa e acordo para resolver passivo de concessões em término.



## Disciplinas Optativas (28 horas-aula)

Considerando a importância do desenvolvimento de habilidades nos(as) profissionais da área jurídica, o FGV LAW reservou uma parcela da carga horária do curso de pós-graduação para o aperfeiçoamento de competências já presentes no dia a dia da prática jurídica.

Com o propósito de promover maior interdisciplinaridade, instigar o protagonismo do corpo discente e provocar discussões alinhadas às necessidades do mercado de trabalho e da prática jurídica ou negocial, no decorrer do curso, os(as) alunos(as) receberão o leque de disciplinas optativas disponíveis, bem como informações referentes aos critérios de matrícula.

As disciplinas optativas serão compostas por alunos(as) de várias áreas jurídicas o que promoverá, portanto, *networking* diferenciado e espaços múltiplos para reflexões valiosas e conexões significativas.

[Acesse o Programa de Disciplinas Optativas dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu – 1º Semestre de 2024](#)

---

### ★★★ Avaliação

A média para aprovação em cada uma das disciplinas do curso é de 7 (escala de 0-10) e a aprovação está condicionada à presença mínima em 75% das aulas. Os critérios de avaliação são pormenorizados em cada programa de disciplina e seguem diretrizes estabelecidas pela Escola.

### Corpo Docente

O corpo docente é formado por profissionais altamente qualificados, titulados e com rica experiência no mercado jurídico. O FGV LAW conta com professores(as) inspiradores(as) que aliam experiência acadêmica com atuação profissional especializada, trazendo para a sala de aula a realidade do mercado.

Para conhecer nosso corpo docente [clique aqui](#)

## Investimento

PERÍODO DE MATRÍCULA	NÚMERO DE PARCELAS	VALOR DA PARCELA
06/10/2023 a 31/01/2024	1 (à vista)	R\$ 43.641,33
A partir de 01/02/2024	1 (à vista)	R\$ 48.005,46
06/10/2023 a 31/01/2024	1+17	R\$ 2.743,42
A partir de 01/02/2024	1+17	R\$ 3.017,76
06/10/2023 a 31/01/2024	1+25	R\$ 2.009,30
A partir de 01/02/2024	1+25	R\$ 2.210,24
06/10/2023 a 31/01/2024	1+29	R\$ 1.790,33
A partir de 01/02/2024	1+29	R\$ 1.969,37

- Conforme tabelas, pagamentos da primeira parcela realizados até 31/01/2024 receberão desconto sobre o valor do curso. Não há a possibilidade de prorrogação do desconto após esse período, mesmo que a inscrição tenha sido realizada antes dessa data.
- Em caso de opção pelo pagamento parcelado, as demais parcelas vencerão todo dia 10, sendo que a segunda parcela terá o vencimento para o dia 10 de março de 2024, independentemente da data da matrícula e da forma de pagamento escolhida ao realizar o pagamento da primeira parcela.

## Processo Seletivo

O ingresso é realizado por meio de aprovação no Processo Seletivo, observados os procedimentos, condições, regras e critérios descritos no [Edital](#). O presente Processo Seletivo tem validade para o primeiro semestre letivo de 2023, não havendo reserva de vaga para semestres posteriores.

### Período de Inscrições:

**De 02/10/2023 a 20/02/2024**

### Importante:

O Processo Seletivo é contínuo. Por essa razão, os cursos poderão ter suas inscrições encerradas antes

pelo site [fgv.br/direitosp](http://fgv.br/direitosp)

do período previsto, caso sejam preenchidas todas as vagas disponíveis.

**Atenção:** Os(as) interessados(as) deverão realizar sua inscrição, sem qualquer ônus financeiro, exclusivamente pela internet. É obrigatório o preenchimento de todos os campos solicitados na ficha de inscrição e a inserção de arquivo digital com o Curriculum Vitae do(a) candidato(a). Certifique-se que o currículo anexado esteja atualizado, inclusive com o detalhamento das atividades profissionais desempenhadas. Essas informações serão confrontadas com o público-alvo, os pré-requisitos (quando houver) e os objetivos do curso pretendido. Currículos extraídos da plataforma Lattes não serão considerados. Serão avaliados, conjuntamente, (i) a formação acadêmica, (ii) a experiência profissional e (iii) a correlação entre os objetivos do curso pretendido e a trajetória profissional do(a) candidato(a).

**Seleção dos(as) Candidatos(as):** O processo seletivo consiste em uma entrevista individual. Para que a entrevista ocorra de forma adequada, é imprescindível que o(a) candidato(a) observe a data e o horário previamente informados, além de preencher o formulário que será enviado por e-mail com questões a serem respondidas previamente à entrevista. Não serão atendidos(as) candidatos(as) fora do horário estabelecido. Na impossibilidade de comparecer, o(a) candidato(a) poderá realizar apenas 1 (um) reagendamento e caso não compareça na segunda oportunidade, terá o processo seletivo automaticamente cancelado para o curso pretendido no processo seletivo vigente.



(\*) A aprovação no processo seletivo não garante vaga. A matrícula será confirmada após entrega de todos os documentos solicitados e efetivação do pagamento da primeira parcela do plano de pagamento ou ainda

do curso à vista, conforme opção feita pelo(a) candidato(a) no Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, em cumprimento das exigências do edital publicado.

**Resultado:** A divulgação do resultado será feita via comunicação eletrônica (e-mail) em até 10 (dez) dias úteis, contados do dia útil seguinte da realização da inscrição. É responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) manter seus dados de contatos atualizados, acompanhar a divulgação dos resultados, averiguar sua eventual aprovação e conseqüente convocação para a matrícula.

Não haverá divulgação do desempenho dos(as) candidatos(as), nem sua classificação, apenas a informação quanto à aprovação ou não. O resultado no processo seletivo não é passível de recursos.

---

## Mais informações:

Edital do Processo Seletivo 2024/1: [acesse aqui](#)

E-mail: [fgvlaw@fgv.br](mailto:fgvlaw@fgv.br)

Atendimento por videochamada (conforme disponibilidade da equipe): [agende aqui](#)